

Mulheres são maioria entre os desempregados e ainda têm menores salários

Pesquisa do PNAD revela que brasileiras tem rendimentos 24% menores que homens

Shuellen Peixoto

Em um país governado por uma mulher, a distância entre homens e mulheres no mercado de trabalho ainda é de proporções enormes: elas ganham menos, pagam mais impostos, são maioria entre os desempregados e ocupam menos cargos de chefia.

De acordo com o último levantamento da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) trimestral, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os salários dos brasileiros superam em 24% os ganhos mensais das brasileiras. A pesquisa do boletim Mulher & Trabalho, elaborado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) e pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade) em 2015, aponta que o rendimento médio real das mulheres ocupadas na região metropolitana de São Paulo era R\$ 1.667, enquanto a dos homens chegava a R\$ 2.245.

E a disparidade do rendimento é apenas parte do problema. Ainda segundo a PNAD, há 52,433 milhões de homens empregados no Brasil, ante 39,656 milhões de mulheres.

pelas atribuições familiares, filhos e demais tarefas domésticas de sua casa, o que lhes acarreta duplas e até triplas jornadas de trabalho.

Dilma governa para os grandes empresários

Quem tinha esperança que em um governo de uma mulher a situação melhoraria, se enganou. A primeira presidente mulher do país piorou a situação das mulheres, em nome da aplicação do ajuste fiscal que, ao invés de solucionar a crise econômica, significa apenas arrocho salarial e retirada de direitos para os trabalhadores, em detrimento de garantir mais lucros para investidores e banqueiros.

Os ataques começaram antes do início do segundo mandato, logo após vencer as eleições, a presidente editou as Medidas Provisórias 664 e 665 que dificultaram o acesso ao seguro-desemprego, auxílio doença, PIS e pensão por morte. O impacto negativo das medidas sobre a vida dos trabalhadores é grande, no entanto, é maior para as mulheres, que são a maior parte das pensionistas no país e maioria entre os desempregados.

Mas não acaba aí. Dilma ainda retirou o status de ministério da Secretaria de Políticas para as Mulheres e continua investindo apenas 26 centavos para cada vítima de violência. Mesmo sabendo que o Brasil segue ocupando a sétima posição no ranking de países que mais matam mulheres, e ainda carrega o índice de cerca de 50 mil casos de estupros ao ano.

As mulheres também são diretamente afetadas com os cortes que o governo fez nas áreas sociais. Na educação, por exemplo, dos quase 10 bilhões de reais de redução no orçamento, 3,5 bi foram na área de educação infantil, ou seja, na construção e ampliação do número de creches. A ausência desse serviço é uma das principais causas para as



mulheres não entrarem no mercado de trabalho formal, por que recai sobre elas a obrigação do cuidado com os filhos. Esse corte também acaba com as já poucas políticas de permanência das mulheres jovens nas universidades, sem contar os cortes nas bolsas do Fies.

Reforma da previdência

O mais novo ataque do governo federal é uma nova reforma na Previdência. O plano é unificar as regras da Previdência para homens e mulheres, trabalhadores urbanos e rurais, além de servidores públicos e trabalhadores do setor privado. A ideia é impor uma mesma idade mínima para todas as aposentadorias (hoje a aposentadoria por idade para os trabalhadores urbanos é de 65 anos para homens e 60 para mulheres) e, principalmente, elevar a idade com que os trabalhadores brasileiros se aposentam.

Na opinião da servidora da JT e diretora do Sindicato, Inês Leal, esta nova reforma da Previdência será um ataque sem precedentes do governo do PT aos trabalhadores brasileiros. “A proposta é nos fazer trabalhar ainda mais para sobrar mais dinheiro para o pagamento da dívida pública, o próprio INSS afirma que, em geral, se atinge os anos necessários de contribuição aos 53, eles querem que os trabalhadores contri-

buam por mais doze anos”, avaliou a servidora. “Será um forte ataque aos servidores públicos e, principalmente, às mulheres, pois desconsidera a dupla e tripla jornada cumprida pelas trabalhadoras brasileiras”, declarou.

Contra o machismo, nossa luta é todo dia

Para a servidora do TRE e diretora do Sindicato Raquel Morel, todas essas desigualdades entre homens e mulheres no mercado de trabalho ampliam os lucros dos empresários, que se aproveitam do machismo cotidiano, para superexplorar as mulheres. A diretora lembra ainda que as mulheres têm sido protagonistas de mobilizações, greves, ocupações de escolas. “Nossa categoria tem cerca de 54% de mulheres e vimos na nossa greve ano passado a força das mulheres, nos erguemos na luta e levantamos nossas vozes contra a política de arrocho salarial do governo”, afirmou.

“Nós mulheres sentimos diariamente o machismo na pele e no bolso, para acabar com essa realidade precisamos unir homens e mulheres e colocar um fim no machismo em nossa sociedade, e mais que isso, não podemos aceitar mais ataques do governo, precisamos nos mobilizar para combater todos esses ataques que prejudicam todos os trabalhadores em geral, não só as mulheres”, finalizou Raquel.



Já entre os desempregados, elas são maioria: 4,601 milhões mulheres não encontram trabalho, situação vivida por 4,378 milhões de homens.

Para piorar o quadro, grande parte das mulheres ainda está localizada nos empregos mais precarizados (trabalho doméstico, telemarketing, por exemplo) e, em pleno Século XXI, ainda são responsabilizadas

Violência doméstica mata 5 mulheres por hora no mundo

Brasil tem uma denúncia de agressão a cada 5 minutos, mas muitas não denunciam por vergonha e/ou medo do agressor

Hélio Batista Barboza

A violência doméstica mata cinco mulheres por hora no mundo, segundo estudo da organização não governamental Action Aid. A ONG estima que 119 mulheres são assassinadas diariamente por um parceiro ou parente e prevê que mais de 500 mil serão mortas por seus parceiros ou familiares até 2030.

O estudo considera dados de 70 países e revela que, apesar de diversas campanhas pelo mundo, a violência e as ameaças ainda são parte da rotina de milhões de mulheres.

No Brasil, a cada cinco minutos uma mulher é agredida – o número deve ser ainda maior, já que conta apenas os casos denunciados. Muitas mulheres não denunciam a violência sofrida, por vergonha, dor e medo do agressor (que em 70% dos casos é o próprio parceiro). Cerca de 5 mil mulheres vítimas de violência de gênero morrem por ano no Brasil, ou 13 por dia.

“A violência contra a mulher não pode ser tratada como questão exclusivamente de gênero, já que ela está diretamente relacionada com a violência estrutural, com a desigualdade social, regional e racial”,



diz a antropóloga Rosana Pinheiro Machado, professora da Universidade de Oxford. “As maiores vítimas desse femicídio são as mulheres mais pobres, negras e do Norte e Nordeste do país.”

Realidade de abandono

Essa realidade mostra a negligência na aplicação da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06), considerada pela Organização das Nações Unidas (ONU) a terceira melhor lei do mundo de enfrentamento à violência contra a mulher. A sua eficácia esbarra na insuficiência e inadequação de equipamentos públicos destinados a receber as vítimas. “A redução inicial no nú-

mero de mortes com a edição da Lei e o rápido aumento posterior, infelizmente, evidenciam a ausência de políticas efetivas de proteção à mulher; e a grave deficiência da aplicabilidade da sanção penal asseguram a impunidade dos criminosos”, avalia Lynira Sardinha, servidora da JT-Cubatão e diretora do Sintrajud.

Um relatório final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI), que investigou a violência contra a mulher entre 2012 e 2013, revela que em todo o Brasil há 408 Delegacias da Mulher e 103 núcleos especializados em delegacias comuns, e a maioria concentrada nas capitais e regiões

metropolitanas. Mesmo onde há delegacias, a situação de abandono de muitas delas dificulta o registro de boletins de ocorrência e tomada de depoimentos das vítimas ou testemunhas.

Especialistas que participaram do estudo concluem que é preciso ampliar o número e a qualidade de equipamentos de atendimento. Eles ponderam que, ao dirigir-se a uma delegacia, a agredida já rompeu vários obstáculos internos, emocionais, sociais e culturais, e precisa encontrar equipamentos públicos estruturados e profissionais treinados, capacitados e conhecedores da dinâmica da violência, para que possam acolhê-la efetivamente.

O número de casas-abrigo também é insuficiente em todo o território nacional. Segundo a Pesquisa de Informações Básicas Municipais (MUNIC) 2013, do IBGE, 97,5% das cidades brasileiras não têm casas-abrigo para mulheres em situações de violência.

Entretanto, organizar e adequar o atendimento às essas mulheres não é prioridade do governo Dilma Rousseff (PT), que destina apenas 26 centavos do orçamento da União para cada vítima de violência.

No Judiciário, luta das mulheres inclui redução da jornada

“Uma hora a menos de serviço faria grande diferença”, diz psicóloga do TRE

Apesar de terem salários inferiores aos dos homens, as mulheres têm a mesma carga de trabalho. Mas as suas tarefas não se encerram ao final do seu expediente, pois, ao chegar em casa, elas começam a jornada dos trabalhos domésticos e essa não tem hora para terminar. Trazendo essa problemática para o ambiente do PJU, a psicóloga clínica da Coordenadoria de Atenção à Saúde do TRE, Christina Villaça, avalia que a redução da jornada de trabalho é fundamental para a qualidade de vida das servidoras do Judiciário.

JJ - Quais são os problemas de saúde mais frequentes entre as servidoras do Judiciário?

Os problemas que mais aparecem são os ligados à ansiedade, à depressão e às questões da vida em sociedade. Entre as mulheres, aparecem muito as questões da maternidade e sentimos que as pessoas precisam de um espaço para refletir sobre como lidar com os filhos. As mulheres separadas, em particular, têm muitos proble-

mas em relação a isso porque a educação dos filhos fica mais com as mulheres, o que é muito angustiante para elas.

JJ - Como os processos de trabalho afetam a saúde dessas mulheres?

Essa é uma questão ampla, que não envolve somente as mulheres. Muitas pessoas se frustram ao buscar certa estabilidade e não poder escolher um emprego que faça sentido do ponto de vista existencial. Muitas vezes elas não têm uma lotação adequada, que esteja de acordo com seu perfil, e acabam sendo subutilizadas. Também trazem expectativas irreais quanto a conseguir outra lotação.

JJ - O que o Judiciário deveria fazer para proteger a saúde das servidoras?

Uma das coisas que o Judiciário poderia fazer seriam palestras de orientação para quem tem filhos, palestras sobre como evitar o estresse, além de programas de es- cuta para problemas com a chefia,

sobre a questão do assédio, etc. Seria importante criar espaços que servissem como tentativa de evitar conflitos. É bom destacar o artigo 7º da Resolução 207/2015 do CNJ [que institui a Política de Atenção Integral à Saúde de Magistrados e Servidores do Poder Judiciário], que prevê equipe multiprofissional, com atuação transdisciplinar. Mas há também o aspecto preventivo, que poderia ser tratado com programas voltados à qualidade de vida.

JJ - Há relação entre a jornada de trabalho e os problemas de saúde das servidoras?

Essa questão é fundamental. A jornada de 6 horas é mais do que suficiente para o serviço, como ficou provado em vários tribunais. Além disso, penso que a informática deveria favorecer também o servidor e não apenas quem busca o Judiciário. Em nossas conversas com as mulheres, percebemos que uma hora a menos de serviço faria grande diferença, e não só para as que são mães.

Zika vírus mostra abandono de mulheres

O Dia Internacional da Mulher deste ano foi comemorado em meio à rápida disseminação do Zika vírus, que já atinge mais de 40 países, tendo o Brasil como centro da epidemia. O elo entre a situação das mulheres e a transmissão do vírus é bem mais fácil de comprovar do que a ligação entre o Zika e a microcefalia.

Em Pernambuco, Estado que concentra a maioria dos casos de microcefalia, 77% das mães de bebês com a má formação estão abaixo da linha de pobreza extrema. Muitas dessas mães são adolescentes e muitas foram abandonadas pelos parceiros depois que os bebês foram diagnosticados.

Primeiro abandono

Elas enfrentam também o abandono por parte das políticas públicas. Como observou a repórter especializada em saúde Cláudia Collucci, da Folha de S. Paulo, a maioria das mães vive em locais sem saneamento básico, em habitações precárias. “Atrás dos bebês com microcefalia, reina a miséria absoluta”, resumiu a repórter.

Segundo a ONU, a melhor resposta para os problemas relativos ao mosquito *Aedes aegypti* é a garantia de acesso à água e ao esgotamento sanitário. A organização também fez um apelo para que os países afetados pelo vírus permitam que as mulheres recorram a métodos contraceptivos e ao aborto.

No entanto, ao fazer cortes no orçamento da saúde, do saneamento e de outras áreas sociais, o governo Dilma (PT) compromete a eficiência do combate à epidemia. Mais uma vez, as principais vítimas são as mulheres.